

20

RELATÓRIO E CONTAS

23



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VIMIOSO

Índice

RELATÓRIO E CONTAS	2
1. Mensagem do Provedor	3
2. Corpos Gerentes	4
3. Rendimentos e Gastos.....	5
4. Rendimentos e Gastos por Valência.....	12
5. Resultado Líquido.....	13
6. Evolução previsível da Entidade	13
7. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
8. Análise Financeira	14
9. Rácios Financeiros.....	14
10. Afetação dos Colaboradores por Utente.....	16
11. Proposta de aplicação de resultados	16
12. Considerações Finais.....	17
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
BALANÇO	19
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	21
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL	22
ANEXO	23
1. Identificação da Entidade.....	23
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	25
3. Principais políticas contabilísticas	26
4. Fluxos de caixa	35
5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros	36
6. Ativos fixos tangíveis.....	36
7. Ativos fixos intangíveis.....	38
8. Locações	39
9. Custo dos empréstimos obtidos	40
10. Imposto sobre o rendimento	41
11. Inventários e ativos biológicos.....	41
12. Ativos financeiros	43
13. Diferimentos ativos.....	44
14. Fundos patrimoniais	45

15. Benefícios dos empregados	47
16. Passivos financeiros	48
17. Estado e outros entes públicos	49
18. Diferimentos passivos	49
19. Rédito.....	50
20. Subsídios, doações e legados à exploração	51
21. Fornecimentos e serviços externos.....	52
22. Gastos / reversões de depreciação e amortização.....	52
23. Outros rendimentos e ganhos	53
24. Outros gastos e perdas	53
25. Trabalhos para a própria entidade.....	54
26. Juros e outros rendimentos e gastos similares	54
27. Acontecimentos após a data do balanço	55

RELATÓRIO E CONTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos dos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o relatório de gestão referente ao ano de 2023.

1. Mensagem do Provedor

Apresentamos à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vimioso o Relatório e Contas de 2023, dando cumprimento aos termos e exigências legais.

Durante o ano de 2023, deu-se por concluída a 1ª fase da Reestruturação do Lar de Idosos e Centro de Dia e ainda se lançou a concurso, pela modalidade de consulta prévia, a 2ª fase, ficando deserta de concorrentes. No decurso do ano 2024, a obra irá ser lançada a concurso publico e concluída num prazo, previsto, de 10 meses, num valor a estimar os 900.000,00 €. De salientar ainda o esforço de contenção orçamental, que permitiu um melhor resultado do que o previsto em sede de Plano de Atividades e Orçamento para 2023.

Os tempos futuros não se preveem muito favoráveis, exigindo de todos nós cada vez maior esforço para acudir a quem de nós necessita, principalmente os mais débeis. Da nossa parte, Mesa Administrativa e funcionários, tudo faremos para poder dar a melhor resposta e disponibilizando-nos, como temos vindo a fazer, para colaborar com outras entidades – Município, Juntas de Freguesia, Bombeiros Voluntários, Centro de Saúde, Agrupamento de Escolas do Concelho de Vimioso, e todas aquelas que, no campo social poderão dar o seu contributo para uma ação mais eficaz e concertada, criando sinergias que permitam dar respostas mais adequadas e eficazes – fazer mais e melhor com menos despesa.

Com a vontade e união de todos os Irmãos e toda a sociedade Vimiosense poderemos enfrentar o futuro com toda a confiança e encarar todas as dificuldades com tranquilidade.

O Provedor

José António Vaca Fume



2. Corpos Gerentes

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Francisco Xavier Liberal Fernandes
Vice-Presidente: Tiago Rafael Martins Ferreira
Secretário: Maria Carmina Amado Pires

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: José António Vara Freire
Vice-Provedor: Carlos Manuel Meirinho Martins
Secretário: Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento
Tesoureiro: Adriano Vitorino Amado Frade
Vogal: José Alberto Liberal

Suplentes: António Eduardo Frias Martins
António Alberto Pires Sutil
Ana Maria Esteves Martins

CONSELHO FISCAL

Presidente: José Manuel Alves Ventura
Vice-Presidente: Domingos Santos Lopes Macedo
Secretário: Olema Lopes Galhardo Masseur

Suplentes: Manuel Maria Martins Tomé
Luís António Pires Tomé
Nuno Alexandre Martins Ramos

3. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos estão separados em 4 rúbricas, as prestações de serviços, os trabalhos para a própria entidade, os subsídios à exploração e outros rendimentos e ganhos. O total de rendimentos ascendeu a **2.193.430,64 €**.

Os gastos estão separados em 6 rúbricas, os custos com a mercadoria consumida, os fornecimentos e serviços externos, os gastos com o pessoal, os gastos com as depreciações e amortizações, outros gastos e perdas e os gastos com financiamentos. O total de gastos ascendeu a **2.226.421,91 €**.

3.1. Prestação de Serviços

A rubrica de “Prestações de Serviços” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Mensalidades utentes	557.498,96	514.466,22
Quotizações Irmãos	3.632,00	4.194,00
Diárias Internamento - UCC	168.322,60	160.752,50
Acordos Cooperação / Protocolo RNCCI	1.218.322,29	
Serviços da Lavandaria	2.686,50	2.794,13
Serviços Acessórios - Higiene Pessoal e Incontinência	21.019,80	21.010,15
Mb Spot CGD	0,00	5,17
Total das prestações de serviços	1.971.482,15	703.222,17

Por forma a aplicar a correta contabilização das participações financeiras e de acordo com o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os acordos de cooperação entre a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso e o Estado, a rubrica de Acordos de Cooperação / Protocolo RNCCI no montante de 1.218.322,29 euros, diz respeito aos serviços prestados ao Instituto de Segurança Social e Administração Regional de Saúde, de acordo com a frequência dos utentes e que em anos anteriores se encontrava classificada na rubrica de Subsídios à Exploração. Verificou-se por este motivo um aumento em cerca de 180,35% em relação ao ano anterior (ver Nota 19 – Rédito).



3.2. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de “Trabalhos para a própria entidade” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Serviços de Lavandaria	17.711,25	16.961,00
Serviços Administrativos	60.796,66	68.750,52
Total dos trabalhos para a própria entidade	78.507,91	85.711,52

3.3. Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica de “Subsídios à Exploração” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
ISS - CRECHE	0,00	118.894,29
ISS - ERPI	0,00	415.253,27
ISS - Centro de Dia	0,00	1.696,00
ISS - SAD	0,00	131.521,62
ISS, IP - Cantina Social	14.235,00	11.862,50
ISS, IP - PAC POAPMC	6.867,31	459,52
Apoio Excepcional TCO - Covid19	0,00	135,81
Programa Adaptar Social +	0,00	0,00
Instituto de Segurança Social	21.102,31	679.823,01
IEFP	928,39	12.063,38
POPH	0,00	0,00
RLIS	0,00	0,00
Município de Vimioso	40.150,00	32.600,00
IAPMEI - Compensação Aumento RMMG	0,00	3.416,00
Outros Entidades Públicas	41.078,39	48.079,38
Diária Internamento UCC	0,00	355.647,81
Medicação	0,00	79.191,00
Fraldas	0,00	9.804,60
Úlceras Pressão	0,00	13.425,00
Subsistemas de saúde UCC	0,00	458.068,41
U.D.C. Paliativos do Planalto Mirandês	21.267,93	25.701,73
Subsídios de outras entidades	21.267,93	25.701,73
Doações e heranças	5.156,61	4.486,26
Total dos subsídios à exploração	88.605,24	1.216.158,79

3.4. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros Rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Rendas e alugueres	3.342,64	3.340,64
Outros Rendimentos Suplementares	1.000,00	1.000,00
Desconto PP obtidos	98,79	46,32
Rendimentos FCT	1.266,10	1,05
Correções períodos anteriores	686,11	1.295,06
Imputação Subsídio investimento	33.064,12	31.378,32
Restituição de IVA	6.461,84	8.687,43
Ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Donativos e outros	8.915,74	17.922,65
Total dos outros rendimentos e ganhos	54.835,34	63.671,47

3.5. Juros e rendimentos similares

No decurso dos anos 2023 e 2022, não foram registados quaisquer juros de depósitos, bem como outros rendimentos similares.

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Juros de depósitos	0,00	0,00
Total de juros e rendimentos similares	0,00	0,00



3.6. Custo das Matérias Consumidas

A rubrica de “Custo das Matérias Consumidas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Consumo - Alimentação	224.521,66	193.366,93
Consumo - Material Clínico	17.758,10	15.755,03
Consumo - Fraldas	28.061,41	25.348,19
Consumo - Medicamentos	17.509,23	17.907,66
Consumo - Lavandaria	10.428,78	8.214,90
Consumo - Higiene Utentes	16.073,55	15.939,59
Consumo - Higiene Instalações	24.705,88	25.861,50
Consumo - Vestuários e Atoalhados	1.081,57	1.585,95
Consumo - Material Geriatria	649,64	353,67
Consumo - Material Elétrico	103,08	68,49
Consumo - Utensílios de cozinha	861,16	2.115,71
Total do custo das matérias consumidas	341.754,06	306.517,62

Neste quadro são apresentados os bens que são adquiridos e devidamente armazenados, com a finalidade de serem consumidos no decurso da atividade das diversas valências da Santa Casa da Misericórdia de Vimioso.

Verificou-se um aumento de cerca de 11,50% relativamente ao período anterior





3.7. Fornecimento e serviços externos

A rubrica de “Fornecimento e Serviços Externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Subcontratação Lavandaria Externa	0,00	0,00
Serv Administrativos Internos	60.796,66	68.750,52
Subcontratos	60.796,66	68.750,52
Trabalhos Especializados	9.167,93	6.670,49
Vigilância e segurança	2.800,80	2.358,27
Honorários	56.089,89	60.910,30
Conservação e Reparação	28.148,77	24.119,28
Outros	1.072,45	1.184,43
Serviços especializados	97.279,84	95.242,77
Ferramentas desgaste rápido	5.217,66	4.557,88
Livros e documentação	0,00	0,00
Material de escritório	1.527,69	2.716,35
Artigos para oferta	1.160,68	1.651,09
Outros	30,00	30,00
Materiais	7.936,03	8.955,32
Eletricidade	28.504,46	42.729,75
Gasóleo rodoviário	9.399,34	9.508,47
Gás Propano	96.797,19	107.507,02
Gasolina	49,80	121,50
Água	7.378,89	6.547,42
Energia e fluídos	142.129,68	166.414,16
Deslocações, estadas e transportes	1.688,33	223,60
Rendas e alugueres	165,23	521,81
Comunicação	4.600,47	3.645,17
Seguros	6.537,73	6.407,14
Contencioso e notariado	204,90	135,00
Despesas de representação	700,95	0,00
Limpeza, higiene e conforto	3.538,84	4.388,23
Encargos Saúde/ Utentes	6.388,80	9.037,37
Despesas com Lavandaria	17.711,25	16.961,00
Despesas com utentes	398,00	2.501,72
Outros Fornecimentos e Serviços	1.303,05	1.419,35
Serviços diversos	41.549,22	45.016,79
Regularizações - Autoconsumos da Lavandaria	1.101,32	1.470,56
Total dos fornecimentos e serviços externos	352.481,08	386.073,72

Neste grupo de fornecimentos e serviços externos verificou-se uma poupança em cerca de 9,16% comparativamente ao ano transato.

3.8. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

GASTOS COM O PESSOAL	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Remunerações do Pessoal	1.186.936,54	1.124.603,38
Encargos sobre remunerações	242.843,80	231.427,55
Seguro AT	13.246,08	13.526,60
Outros Gastos com pessoal	3.287,39	2.861,87
Total dos gastos com o pessoal	1.446.313,81	1.372.419,40

Em relação aos gastos com o pessoal, estes tiveram um peso de cerca de 67,4% do total de custos da Instituição. Em 2023 houve um aumento face a 2022 em cerca de 5,38%.



3.9. Gastos de depreciação e amortização

A rubrica de “Gastos de depreciação e amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

GASTOS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Edifícios e outras Construções	60.701,88	60.595,32
Equipamento Básico	3.921,63	4.506,15
Equipamento de Transporte	4.677,16	2.180,04
Equipamento Administrativo	690,16	628,49
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4.846,37	5.310,78
Ativos fixos tangíveis	74.837,20	73.220,78
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00
Total dos gastos de depreciação e amortização	74.837,20	73.220,78

3.10. Outros gastos e perdas

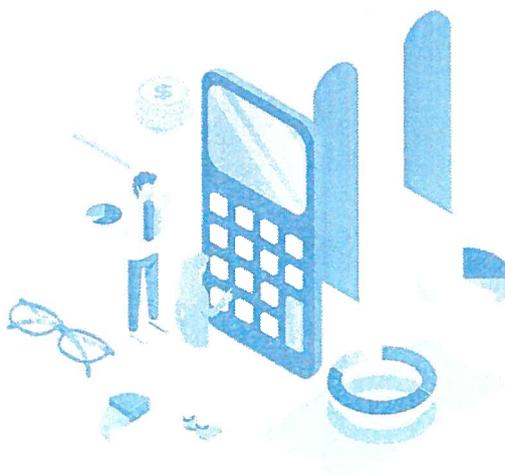
A rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

OUTROS GASTOS E PERDAS	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Impostos indiretos	0,00	31,07
Taxas	600,00	802,80
Gastos e Perdas em Investimentos Financeiros	0,00	745,92
Correções períodos anteriores	3.167,07	4.421,08
Quotizações	600,00	840,00
Outros não especificados	665,91	275,09
Total dos outros gastos e perdas	5.032,98	7.115,96

3.11. Gastos e perdas de financiamento

A rubrica de “Gastos e perdas de financiamento” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Juros de financiamentos suportados	6.002,78	1.580,79
Total dos gastos e perdas de financiamento	6.002,78	1.580,79





4. Rendimentos e Gastos por Valência

2022											
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR CENTRO DE CUSTO											
RENDIMENTOS E GASTOS	ERP1	ATL	SAD	C. DIA	UCC	LAV	POAPMC	UDCP	S. ADM	CRECHE	TOTAL
Vendas e serviços prestados	450.904,57 €	14.792,65 €	55.175,96 €	1.012,50 €	160.752,50 €	2.794,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17.789,86 €	703.222,17 €
Subsídios, doações e legados à exploração	419.635,81 €	32.639,01 €	132.486,66 €	1.852,50 €	464.453,84 €	5.670,77 €	12.452,66 €	25.701,73 €	0,00 €	121.265,81 €	1.216.158,79 €
Trabalhos para a própria entidade	1.074,00 €	0,00 €	17,50 €	0,00 €	0,00 €	15.869,50 €	0,00 €	0,00 €	68.750,52 €	0,00 €	85.711,52 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-149.489,94 €	-2.726,43 €	-44.324,04 €	-919,23 €	-84.085,95 €	-8.837,17 €	-5.921,54 €	0,00 €	-352,79 €	-9.860,53 €	-306.517,62 €
Fornecimentos e serviços externos	-141.667,43 €	-6.252,28 €	-19.890,38 €	-3.849,58 €	-148.725,20 €	-20.101,71 €	-355,77 €	-25.701,73 €	-10.095,80 €	-9.433,84 €	-386.073,72 €
Gastos com o pessoal	-574.462,55 €	-73.330,21 €	-80.328,69 €	-9.915,53 €	-403.966,94 €	-38.676,46 €	-7.691,37 €	0,00 €	-57.313,37 €	-126.734,28 €	-1.372.419,40 €
Outros rendimentos e ganhos	25.029,29 €	1.082,12 €	2.790,25 €	1.151,71 €	25.123,47 €	294,24 €	377,56 €	0,00 €	0,02 €	7.822,81 €	63.671,47 €
Outros gastos e perdas	-3.336,91 €	-25,72 €	-0,31 €	-0,03 €	-1.772,17 €	-162,57 €	0,00 €	0,00 €	-304,50 €	-1.513,75 €	-7.115,96 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	27.686,84 €	-33.820,86 €	45.926,95 €	-10.667,66 €	11.779,55 €	-43.149,27 €	-1.138,46 €	0,00 €	684,08 €	-663,92 €	-3.362,75 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-36.406,95 €	0,00 €	-56,81 €	0,00 €	-26.558,96 €	-1.971,48 €	0,00 €	0,00 €	-502,30 €	-7.724,28 €	-73.220,78 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-8.720,11 €	-33.820,86 €	45.870,14 €	-10.667,66 €	-14.779,41 €	-45.120,75 €	-1.138,46 €	0,00 €	181,78 €	-8.388,20 €	-76.583,53 €
Juros e gastos similares suportados	-1.799,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-181,78 €	0,00 €	-1.580,79 €
Resultados antes de impostos	-10.119,12 €	-33.820,86 €	45.870,14 €	-10.667,66 €	-14.779,41 €	-45.120,75 €	-1.138,46 €	0,00 €	0,00 €	-8.388,20 €	-78.164,32 €
Resultado Líquido do Período	-10.119,12 €	-33.820,86 €	45.870,14 €	-10.667,66 €	-14.779,41 €	-45.120,75 €	-1.138,46 €	0,00 €	0,00 €	-8.388,20 €	-78.164,32 €

2023											
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR CENTRO DE CUSTO											
RENDIMENTOS E GASTOS	ERP1	ATL	SAD	C. DIA	UCC	LAV	POAPMC	UDCP	S. ADM	CRECHE	TOTAL
Vendas e serviços prestados	924.665,82 €	22.248,50 €	230.310,30 €	6.947,09 €	640.197,23 €	3.050,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	144.062,55 €	1.971.482,15 €
Subsídios, doações e legados à exploração	2.749,88 €	40.224,84 €	908,58 €	20,72 €	1.143,93 €	0,00 €	21.360,97 €	21.267,93 €	0,00 €	928,39 €	88.605,24 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17.711,25 €	0,00 €	0,00 €	60.796,66 €	0,00 €	78.507,91 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-160.886,17 €	-6.219,59 €	-51.555,03 €	-2.534,81 €	-93.375,16 €	-10.882,85 €	-6.799,59 €	0,00 €	-330,52 €	-9.170,34 €	-341.754,06 €
Fornecimentos e serviços externos	-134.864,94 €	-8.176,76 €	-18.897,89 €	-3.718,01 €	-127.656,44 €	-20.625,23 €	-329,74 €	-21.267,93 €	-9.271,71 €	-7.672,43 €	-352.481,08 €
Gastos com o pessoal	-617.567,13 €	-80.265,77 €	-91.870,70 €	-11.680,64 €	-435.996,39 €	-41.915,74 €	-8.452,69 €	0,00 €	-50.368,14 €	-108.196,61 €	-1.446.313,81 €
Outros rendimentos e ganhos	21.584,13 €	1.472,40 €	5.001,98 €	1.068,24 €	15.988,51 €	1.685,68 €	256,96 €	0,00 €	0,00 €	7.777,44 €	54.835,34 €
Outros gastos e perdas	-1.973,55 €	-68,17 €	-249,90 €	-22,73 €	-1.830,61 €	-401,49 €	0,00 €	0,00 €	-399,75 €	-86,78 €	-5.032,98 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	33.708,04 €	-30.784,55 €	73.647,34 €	-9.920,14 €	-1.528,93 €	-51.377,72 €	6.035,91 €	0,00 €	426,54 €	27.642,22 €	47.848,71 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-35.963,30 €	0,00 €	-4.073,96 €	0,00 €	-24.557,40 €	-1.985,16 €	0,00 €	0,00 €	-426,54 €	-7.630,84 €	-74.837,20 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-2.255,26 €	-30.784,55 €	69.573,38 €	-9.920,14 €	-26.086,33 €	-53.362,88 €	6.035,91 €	0,00 €	0,00 €	19.811,38 €	-26.988,49 €
Juros e gastos similares suportados	-6.002,78 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6.002,78 €
Resultados antes de impostos	-8.258,04 €	-30.784,55 €	69.573,38 €	-9.920,14 €	-26.086,33 €	-53.362,88 €	6.035,91 €	0,00 €	0,00 €	19.811,38 €	-32.991,27 €
Resultado Líquido do Período	-8.258,04 €	-30.784,55 €	69.573,38 €	-9.920,14 €	-26.086,33 €	-53.362,88 €	6.035,91 €	0,00 €	0,00 €	19.811,38 €	-32.991,27 €




5. Resultado Líquido

RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Gastos	2.226.421,91	2.146.928,27
Rendimentos	2.193.430,64	2.068.763,95
Resultado Líquido do Período	-32.991,27	-78.164,32

6. Evolução previsível da Entidade

A Instituição pretende manter o nível de prontidão e assistência à sua população alvo, estando, contudo, consciente das dificuldades inerentes.

Durante o ano de 2023, deu-se por concluída a 1ª fase da Reestruturação do Lar de Idosos e Centro de Dia e ainda se lançou a concurso, pela modalidade de consulta prévia, a 2ª fase, ficando deserta de concorrentes. No decurso do ano 2024, a obra irá ser lançada a concurso publico e concluída num prazo, previsto, de 10 meses, num valor a estimar os 900.000,00 €.

7. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208º e 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social não se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, no entanto efetuará um plano de pagamento, por forma a não bloquear quaisquer receitas por parte de Entidades Estatais.

Os honorários praticados pelo Revisor Oficial de Contas, para o período de 2023, foram de 4.043,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e respeitam unicamente a serviços de revisão legal de contas.

8. Análise Financeira

No exercício de 2023, o Ativo Líquido da Santa Casa da Misericórdia de Vimioso, foi de 3.067.576,99 euros, o que representa um decréscimo de 0,2% face ao ano anterior.

Os Fundos Patrimoniais tiveram uma queda, justificado pela incorporação do resultado líquido negativo do ano transato.

No que respeita ao Passivo, aumentou cerca de 11,7%, justificado sobretudo pelo passivo corrente, nomeadamente pelas dívidas a fornecedores.

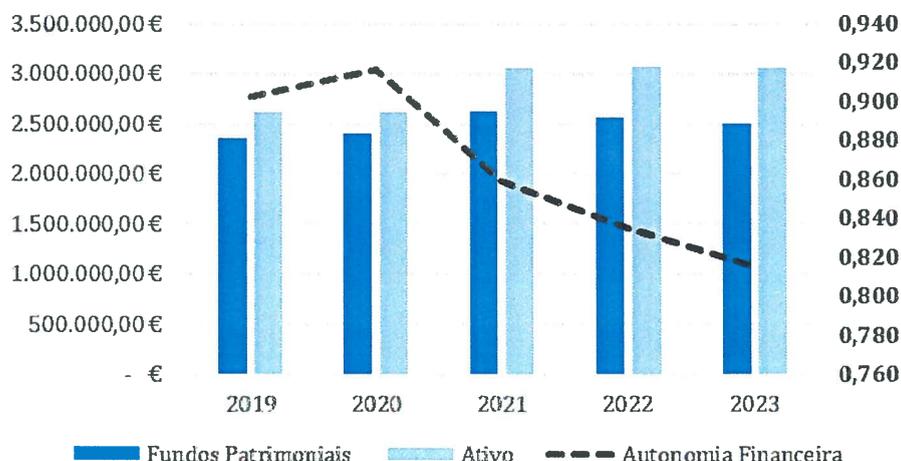
(Montantes expressos em Euros)

	2023	2022	Variação (euros)	Variação (%)
ATIVO	3.067.576,99	3.075.115,37	-7.538,38	-0,2%
Não Corrente	2.569.946,95	2.489.800,75	80.146,20	3,2%
Corrente	497.630,04	585.314,62	-87.684,58	-15,0%
PASSIVO	565.504,32	506.373,33	-59.130,99	-11,7%
Não Corrente	77.083,34	102.083,41	25.000,07	24,5%
Corrente	488.420,98	404.289,92	-84.131,06	-20,8%
FUNDOS PATRIMONIAIS	2.502.072,67	2.568.742,04	-66.669,37	-2,6%

9. Rácios Financeiros

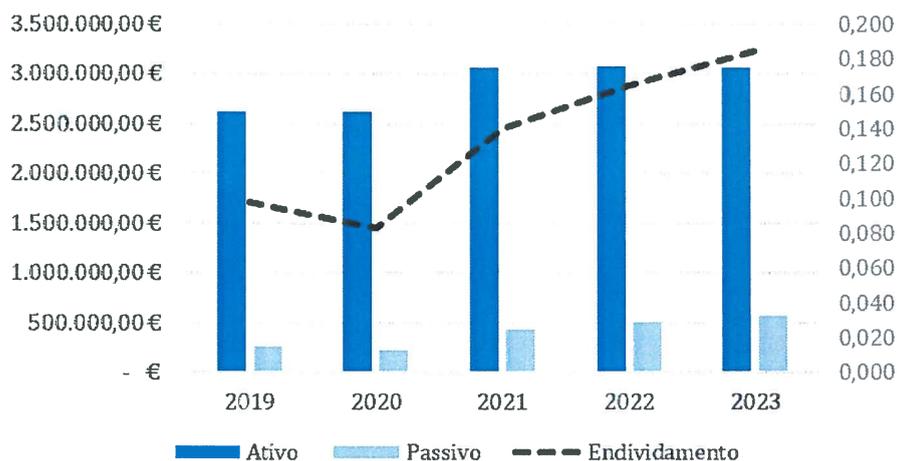
Da análise ao gráfico de autonomia financeira, concluímos que o ativo se financia de fundos próprios em cerca de 82%.

Autonomia Financeira



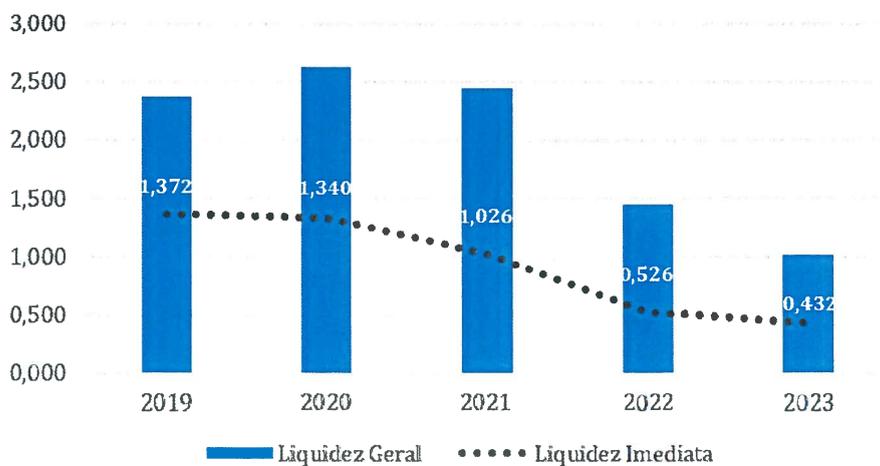
Da análise ao gráfico de endividamento, concluímos que houve um aumento do endividamento, por força da contratação de um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos com a duração de 72 meses, em 2021 e ainda pelas dívidas a curto prazo aos fornecedores.

Endividamento



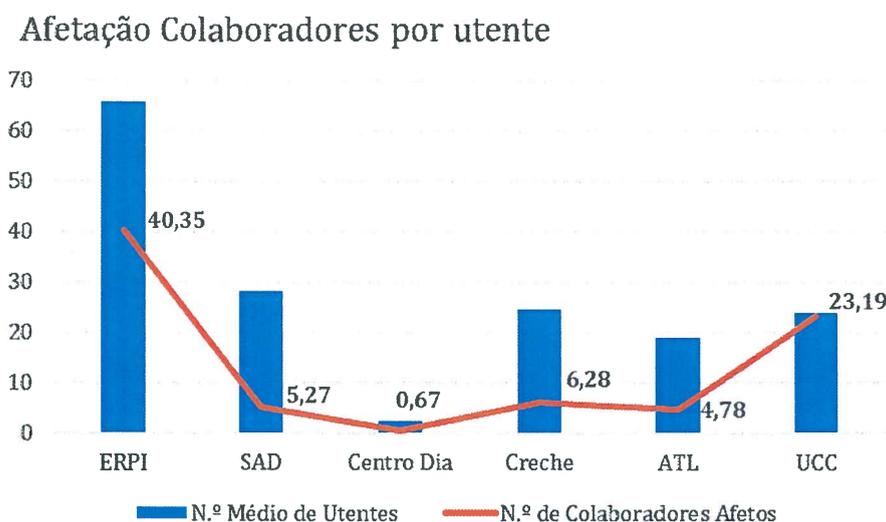
Da análise ao gráfico da Liquidez, concluímos que a Entidade, por causa do aumento do endividamento, a liquidez imediata é inferior a 1, o que traduz que a Entidade terá dificuldade para liquidar as dívidas inferiores a 12 meses.

Liquidez



10. Afetação dos Colaboradores por Utente

De seguida apresenta-se um gráfico que nos revela a afetação média dos colaboradores por utente, das valências mais significativas da Instituição:



11. Proposta de aplicação de resultados

A Santa Casa da Misericórdia de Vimioso obteve, no período económico de 2023, um resultado líquido de -32.991,27 €, propondo a Mesa Administrativa à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

APLICAÇÃO DE RESULTADOS	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Resultados transitados	-32.991,27	-78.164,32
Resultado Líquido do Período	-32.991,27	-78.164,32



12. Considerações Finais

Gostaríamos de terminar com agradecimento a várias entidades e instituições que conosco colaboraram, nos dispensaram atenções, e que de alguma forma, nos ajudaram a conseguir os objetivos a que nos propusemos:

- Aos nossos estimados clientes/ utentes;
- Aos nossos estimados parceiros;
- A todas as entidades oficiais, bancos, restantes fornecedores e instituições;
- A toda a população, particulares e empresas, que tiveram uma participação ativa nas atividades desenvolvidas;
- A todos os colaboradores, pela dedicação e empenhamento demonstrado.

Vimioso, 27 de março de 2024



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**BALANÇO****Balanços em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	NOTAS	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6	2.548.962,73	2.471.185,18
Ativos intangíveis	7	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	12	19.423,37	17.054,72
Ativos biológicos	11	1.560,85	1.560,85
Total do ativo não corrente		2.569.946,95	2.489.800,75
ATIVO CORRENTE			
Inventários	11	40.923,39	39.543,65
Clientes	12	53.896,86	46.201,36
Estado e outros entes públicos	17	10.534,58	15.968,03
Outras contas a receber	12	171.702,99	263.316,99
Diferimentos	13	9.534,09	7.645,26
Caixa e depósitos bancários	4 e 12	211.038,13	212.639,33
Total do ativo corrente		497.630,04	585.314,62
Total do ativo		3.067.576,99	3.075.115,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		429.333,58	429.333,58
Resultados transitados		771.701,02	849.864,32
Excedentes de revalorização		426,59	426,59
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.333.602,75	1.367.281,87
Resultado líquido do período		-32.991,27	-78.164,32
Total dos Fundos Patrimoniais	14	2.502.072,67	2.568.742,04
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	8 e 16	77.083,34	102.083,41
Outras contas a pagar	16	0,00	0,00
Total do passivo não corrente		77.083,34	102.083,41
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	16	189.509,05	125.109,75
Estado e outros entes públicos	17	92.153,88	32.452,60
Financiamentos obtidos	8 e 16	25.000,07	24.999,96
Diferimentos	18	27.412,59	73.478,61
Outros passivos correntes	16	154.345,39	148.249,00
Total do passivo corrente		488.420,98	404.289,92
Total do passivo		565.504,32	506.373,33
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		3.067.576,99	3.075.115,37

Vimioso, 27 de março de 2024

O Contabilista Certificado, 88299

A Mesa Administrativa




DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Demonstrações dos Resultados por natureza dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

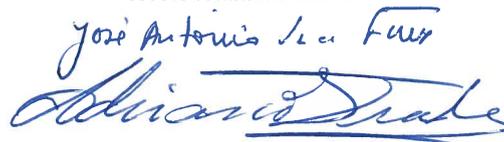
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	(Montantes expressos em Euros)	
		31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Vendas e serviços prestados	19	1.971.482,15	703.222,17
Subsídios, doações e legados à exploração	20	88.605,24	1.216.158,79
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	25	78.507,91	85.711,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-341.754,06	-306.517,62
Fornecimentos e serviços externos	21	-352.481,08	-386.073,72
Gastos com o pessoal	15	-1.446.313,81	-1.372.419,40
Outros rendimentos	23	54.835,34	63.671,47
Outros gastos e perdas	24	-5.032,98	-7.115,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		47.848,71	-3.362,75
(Gastos) /reversões de depreciação e de amortização	22	-74.837,20	-73.220,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-26.988,49	-76.583,53
Juros e rendimentos similares obtidos	26	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	26	-6.002,78	-1.580,79
Resultado antes de imposto		-32.991,27	-78.164,32
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-32.991,27	-78.164,32

Vimioso, 27 de março de 2024

O Contabilista Certificado, 88299



A Mesa Administrativa





DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em Euros)

FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Reccebimentos de clientes / utentes		1.494.807,72	721.731,34
Pagamentos a fornecedores		-592.212,83	-583.436,81
Pagamentos ao pessoal		-1.002.401,63	-945.427,03
Caixa gerada pelas operações		-99.806,74	-807.132,50
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		286.184,40	916.289,63
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		186.377,66	109.157,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-156.541,49	-182.915,88
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-156.541,49	-182.915,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-24.999,96	-22.916,63
Juros e gastos similares		-6.002,78	-1.399,01
Outras operações de financiamento		-434,63	-213,25
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-31.437,37	-24.528,89
Varição de caixa e seus equivalentes		-1.601,20	-98.287,64
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início de período		212.639,33	310.926,97
Caixa e seus equivalentes no fim de período		211.038,13	212.639,33

Vimioso, 27 de março de 2024

O Contabilista Certificado, 88299

A Mesa Administrativa

Jose António da Costa Funes

Demonstrações das Alterações no Fundo Patrimonial nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Posição em 1 de janeiro de 2022									
		429.333,58	0,00	0,00	1.027.031,58	426,59	1.342.657,59	-165.820,81	2.633.628,53
Alterações no período									
Aplicação do resultado líquido do período anterior					-165.820,81			165.820,81	0,00
Subsídios ao investimento	14						53.645,10		53.645,10
Reconhecimento de subsídios ao investimento em resultados	14 e 23						-31.378,32		-31.378,32
Doações	14						2.460,00		2.460,00
Reconhecimento de doações em resultados	14 e 23						-102,50		-102,50
Regularização por resultados transitados		0,00	0,00	0,00	-11.346,45	0,00	24.624,28	165.820,81	-11.346,45
					-177.167,26				13.277,83
Resultado líquido do período								-78.164,32	-78.164,32
Resultado Integral								87.556,49	87.556,49
Posição em 1 de janeiro de 2023									
		429.333,58	0,00	0,00	849.864,32	426,59	1.367.281,87	-78.164,32	2.568.742,04
Alterações no período									
Aplicação do resultado líquido do período anterior								78.164,32	0,00
Subsídios ao investimento	14				-78.164,32				0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento em resultados	14 e 23						-33.064,12		-33.064,12
Doações	14						-615,00		0,00
Reconhecimento de doações em resultados	14 e 23						1,02		1,02
Regularização por resultados transitados		0,00	0,00	0,00	-78.163,30	0,00	33.679,12	78.164,32	-33.678,10
Resultado líquido do período								-32.991,27	-32.991,27
Resultado Integral								45.173,05	45.173,05
Posição em 31 de dezembro de 2023									
		429.333,58	0,00	0,00	771.701,02	426,59	1.333.602,75	-32.991,27	2.502.072,67

Vimioso, 27 de março de 2024

Contabilista Certificado, 88299

Carla Paula Pimenta de Azevedo

A Mesa Administrativa

João António de Faria

Adriano de Faria



Adriano de Faria

ANEXO

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Vimioso, doravante abreviadamente designada «SCMV» ou «Entidade», é uma Entidade Particular de Solidariedade Social constituída em 11/04/1985, (data de aprovação dos Estatutos pela Segurança Social), com sede na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 8 na freguesia e concelho de Vimioso, distrito de Bragança.

Tem como atividade principal o apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento a fim de assegurar / auxiliar os seus cerca de 200 utentes através das seguintes Respostas Sociais:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Centro de Dia;
- Unidade de Cuidados Continuados;
- Cantina Social
- Creche

1.2. Sede

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 8
5230-330 Vimioso

1.3. Natureza da atividade

Código CAE (Ver. 3):

87 301 - Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento

88 101 - Atividades apoio social para pessoas idosas, sem alojamento

96 010 - Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles

88 910 - Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

87 100 - Atividade dos Estabelecimentos de Cuidados Continuados Integrados com alojamento

Objetivos principais:

1 – Para concretização do seu fim, a Misericórdia pode conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de:

- a) Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
- c) Apoio à família e comunidade em geral;
- d) Apoio à integração social e comunitária;
- e) Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;
- f) Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
- g) Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres;
- h) Habitação e turismo social;
- i) Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- j) Atividade agrícola.

2 – Sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, sua Padroeira, a Irmandade da Misericórdia manterá o culto divino na sua Capela e Oratórios e exercerá as atividades que constarem deste Compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes.

3 – A Misericórdia pode, ainda, prosseguir, de modo secundário ou instrumental, outras atividades, a título gratuito ou geradoras de fundos, para garantir a sua sustentabilidade económico-financeira, por si ou em parceria, desde que permitidas por lei e deliberadas pela Assembleia Geral. A Misericórdia pode também criar fundações pias autónomas canonicamente eretas.

4 – Quando cumpra os critérios definidos pelo Regulamento n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril, e pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março, sobre atividades secundárias e instrumentais, a Misericórdia assume a natureza de empresa social ou sociedade de empreendedorismo social, para os efeitos aí definidos.

5 – Para a promoção dos seus fins compromissórios, a Misericórdia apoia e incentiva o voluntariado, promovendo a cooperação e a ética na responsabilidade.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade

com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente

identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

CLASSE DE BENS	ANOS
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4-40

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

CLASSE DE BENS	ANOS
Projetos de desenvolvimento	5
Programas de computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;



- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado;
- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se

encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos



Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8. Ativos Biológicos

As Demonstrações Financeiras devem refletir os efeitos da transformação biológica, representados pelas alterações do justo valor dos ativos biológicos. O modelo do custo não reflete os efeitos da transformação biológica devido à diferença entre a fase inicial e a fase da



colheita. Sempre que aplicação do justo valor não seja fiavelmente mensurado os ativos são valorizados ao custo histórico menos as depreciações acumuladas. Os ativos biológicos subdividem-se em consumíveis e de produção. A Santa Casa da Misericórdia de Vimioso só possui ativos biológicos de produção e optou por não registar ao seu justo valor por entender que, face à natureza dos ativos em avaliação, a determinação daquele depende de pressupostos que poderão não ser fiavelmente apurados, e consequentemente o eventual justo valor não seria mensurado com fiabilidade. Estamos a falar de um olival plantado na Zona Industrial de Vimioso no decorrer do ano 2018, sendo que foi acrescentado no decorrer do ano 2022. É, no entanto, convicção da Mesa Administrativa, com base em alguns indicadores, que com a política seguida de registo dos ativos biológicos ao custo de aquisição não resultam diferenças materialmente relevantes face ao seu registo ao justo valor.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no



cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



4. Fluxos de caixa

Para efeito da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme segue:

FLUXOS DE CAIXA	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Caixa Sede	194,61	212,45
Caixa ERPI	43,82	50,00
Caixa UCC	105,45	81,38
Caixa Lavandaria	32,83	5,68
Total de caixa	376,71	349,51
Caixa geral de depósitos	24.905,61	39.456,94
Millennium BCP	3.889,90	2.647,90
Crédito agrícola	59.252,36	38.407,72
Santander	122.613,55	131.777,26
Total de depósitos	210.661,42	212.289,82
Total de caixa e depósitos	211.038,13	212.639,33



5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve alteração às políticas contabilísticas que provocaram alterações significativas nomeadamente a aplicação da correta contabilização das participações financeiras. De acordo com o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os Acordos de Cooperação entre a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso e o Estado e ainda o Protocolo RNCCI, que em anos anteriores se encontrava classificada na rubrica de Subsídios à Exploração passou a estar classificado como Prestações de Serviços.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2023							TOTAL
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial	136,00	3.052.334,50	563.786,05	247.752,99	178.834,05	78.265,36	595.934,97	4.717.043,92
Aquisições				37.457,05	1.519,04	198,00	113.483,60	152.657,69
Alienações								0,00
Transferências								0,00
Abates								0,00
Outros variações		-312,00	1,02					-310,98
Saldo final	136,00	3.052.022,50	563.787,07	285.210,04	180.353,09	78.463,36	709.418,57	4.869.390,63
Depreciações acumuladas								
Saldo inicial		1.220.562,70	551.613,71	239.941,38	177.199,12	56.541,83		2.245.858,74
Depreciações Exercício (Nota 22)		60.719,64	3.921,63	4.677,16	1.116,11	4.846,37		75.280,91
Alienações								0,00
Transferências								0,00
Abates								0,00
Outros variações			-388,41			-323,34		-711,75
Saldo final	0,00	1.281.282,34	555.146,93	244.618,54	178.315,23	61.064,86	0,00	2.320.427,90
	136,00	1.770.740,16	8.640,14	40.591,50	2.037,86	17.398,50	709.418,57	2.548.962,73





(Montantes expressos em Euros)

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2022							TOTAL
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Saldo inicial	136,00	3.050.955,96	561.156,05	247.752,99	178.834,05	78.265,36	362.299,47	4.479.399,88
Aquisições		1.378,54	2.630,00				233.635,50	237.644,04
Alienações								0,00
Transferências								0,00
Abates								0,00
Outros variações								0,00
Saldo final	136,00	3.052.334,50	563.786,05	247.752,99	178.834,05	78.265,36	595.934,97	4.717.043,92
Depreciações acumuladas								
Saldo inicial		1.168.974,22	547.357,46	237.761,34	176.570,63	42.224,21		2.172.887,86
Depreciações Exercício (Nota 22)		60.595,32	4.506,15	2.180,04	628,49	5.310,78		73.220,78
Alienações								0,00
Transferências								0,00
Abates								0,00
Outros variações		-9.006,84	-249,90			9.006,84		-249,90
Saldo final	0,00	1.220.562,70	551.613,71	239.941,38	177.199,12	56.541,83	0,00	2.245.858,74
	136,00	1.831.771,80	12.172,34	7.811,61	1.634,93	21.723,53	595.934,97	2.471.185,18

Em 31 de dezembro de 2023, as depreciações do exercício, no montante de 75.280,91 euros (73.220,78 euros em 31 de dezembro de 2022) foram registadas na rubrica “gastos de depreciação e amortização” (Nota 22).

A repartição dos ativos fixos tangíveis eu curso, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, por projeto de investimento detalha-se no quadro seguinte.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
ERPI - Ampliação Lar de São José	671.784,96	362.299,47
ERPI - Ampliação Lar de São José - Fase 2	37.633,61	
Total dos ativos em curso	709.418,57	362.299,47



8. Locações

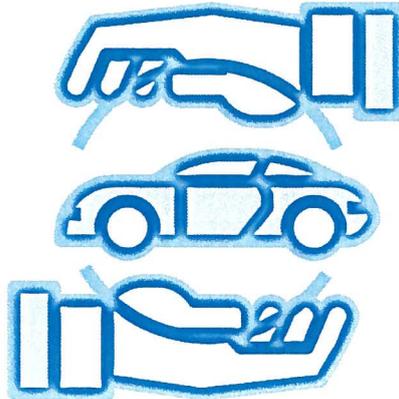
A Entidade não detinha em 2023 e 2022, ativos adquiridos com recurso à locação financeira, como se demonstra nos seguintes quadros:

(Montantes expressos em Euros)

LOCAÇÕES FINANCEIRAS	2023						TOTAL
	Terrenos e recuros naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Custo de aquisição							0,00
Depreciações acumuladas							0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(Montantes expressos em Euros)

LOCAÇÕES FINANCEIRAS	2022						TOTAL
	Terrenos e recuros naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Custo de aquisição							0,00
Depreciações acumuladas							0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



9. Custo dos empréstimos obtidos

Foi contratado no final do ano de 2021, um empréstimo junto da CGD ao abrigo da linha de crédito Caixa Invest Transforma, com um prazo de reembolso de 72 meses, por forma a cobrir as necessidades imediatas de tesouraria, nomeadamente pela obra que ainda se encontra em curso de Reestruturação do Lar de Idosos e Centro de Dia de São José.

(Montantes expressos em Euros)

CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS							2023
	Empréstimos Bancários	Contas Caucionadas	Contas Bancárias de Factoring	Contas Bancárias de letras	Descobertos Bancários	Outros Empréstimos	TOTAL
Corrente	25.000,07						25.000,07
Não Corrente	77.083,34						77.083,34
Saldo final	102.083,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.083,41

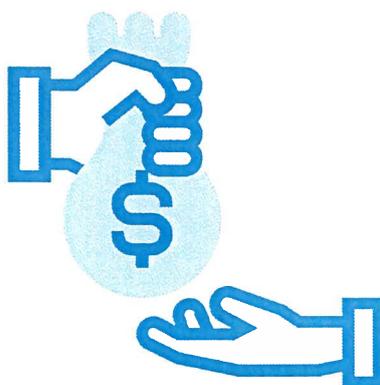
(Montantes expressos em Euros)

CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS							2022
	Empréstimos Bancários	Contas Caucionadas	Contas Bancárias de Factoring	Contas Bancárias de letras	Descobertos Bancários	Outros Empréstimos	TOTAL
Corrente	24.999,96						24.999,96
Não Corrente	102.083,41						102.083,41
Saldo final	127.083,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.083,37

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

(Montantes expressos em Euros)

PLANOS DE REEMBOLSO - EMPRÉSTIMOS	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Até um ano	25.000,07	24.999,96
De um a cinco anos	77.083,34	100.000,31
Mais de cinco anos	0,00	2.083,10
Total dos planos de reembolso	102.083,41	127.083,37





10. Imposto sobre o rendimento

De acordo com a Declaração das Direção Geral das Contribuições e Impostos de 26 de julho de 1990, a Instituição encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), de capitais, prediais e de ganhos em mais valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2018 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vimioso, entende que as eventuais correções resultantes de revisões/ inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de imposto não tiveram um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e em 2022.

11. Inventários e ativos biológicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Géneros alimentares	12.436,04	10.606,88
Material clínico	9.640,31	9.545,45
Fraldas	1.458,77	2.505,63
Medicamentos	6.964,12	4.910,27
Consumíveis lavandaria	846,23	692,44
Material de higiene e conforto	1.861,64	1.683,14
Material de higiene instalações	4.644,59	5.388,63
Vestuário e atalhados	1.287,16	1.865,07
Material de geriatria	1.228,74	1.610,35
Material elétrico	149,05	124,72
Utensílios de cozinha	406,74	611,07
Total de matérias primas	40.923,39	39.543,65
Olival - Zona Industrial de Vimioso		
Total de ativos biológicos	1.560,85	1.560,85

Os **ativos biológicos de produção** referenciados acima, são mensurados ao custo menos depreciação acumulada conforme paragrafo 31 da NCRF 17, corresponde ao olival plantado na zona industrial de Vimioso, não tendo tido qualquer amortização por estar em fase de crescimento não tendo por isso atingido a maturidade para produção.

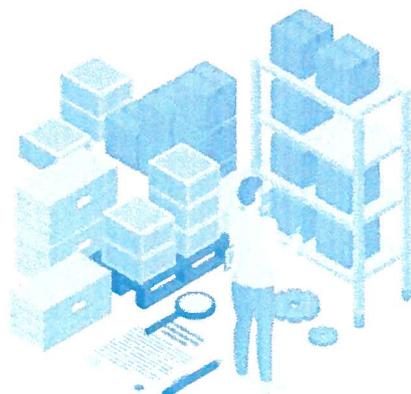
O **custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas** reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme segue:

(Montantes expressos em Euros)

CUSTO DAS MERCADORIAS CONSUMIDAS		2023	
	Mercadorias	Matérias Primas e Consumíveis	TOTAL
Saldo inicial		39.543,65	39.543,65
Compras		336.768,55	336.768,55
Regularizações		6.365,25	6.365,25
Saldo final		-40.923,39	-40.923,39
Custo das mercadorias consumidas	0,00	341.754,06	341.754,06

(Montantes expressos em Euros)

CUSTO DAS MERCADORIAS CONSUMIDAS		2022	
	Mercadorias	Matérias Primas e Consumíveis	TOTAL
Saldo inicial		45.326,23	45.326,23
Compras		295.017,08	295.017,08
Regularizações		5.717,96	5.717,96
Saldo final		-39.543,65	-39.543,65
Custo das mercadorias consumidas	0,00	306.517,62	306.517,62





12. Ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 são detalhadas conforme se segue:

(Montantes expressos em Euros)

ATIVOS FINANCEIROS	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Não Corrente						
Investimentos financeiros	19.423,37		19.423,37	17.054,72		17.054,72
	19.423,37	0,00	19.423,37	17.054,72	0,00	17.054,72
Corrente						
Caixa e depósitos bancários	211.038,13		211.038,13	212.639,33		212.639,33
Clientes	53.896,86		53.896,86	46.201,36		46.201,36
Outras contas a receber	171.702,99		171.702,99	263.316,99		263.316,99
	436.637,98	0,00	436.637,98	522.157,68	0,00	522.157,68
Total de ativos financeiros	456.061,35	0,00	456.061,35	539.212,40	0,00	539.212,40

Investimentos Financeiros:

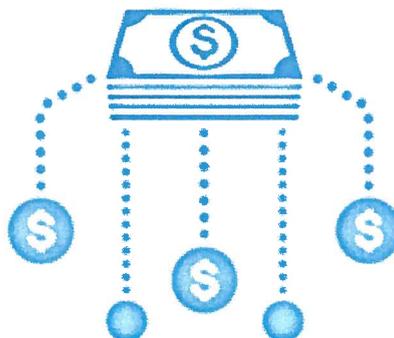
(Montantes expressos em Euros)

Investimentos Financeiros	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Investimentos noutras empresas - Crédito Agrícola	1.000,00	1.000,00
Fundos de compensação do trabalho	18.423,37	16.054,72
Total de investimentos financeiros	19.423,37	17.054,72

Clientes e utentes:

(Montantes expressos em Euros)

Clientes e utentes	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Clientes	888,08	1.118,81
Utentes	53.008,78	45.082,55
Total de clientes e utentes	53.896,86	46.201,36



Outras contas a receber:

	(Montantes expressos em Euros)	
Outras contas a receber	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Instituto de Segurança Social - Protocolos RNCCI	17.563,82	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	17.563,82	0,00
ARS	51.500,24	82.817,10
Segurança Social - Subsistema Saúde	16.298,80	53.148,48
Segurança Social - Cantina Social	1.209,00	1.007,50
Segurança Social - Programas	7.426,19	7.426,19
ADMG	19.542,68	19.542,68
Sistema de apoio a doentes - PSP	886,91	886,91
Serviços sociais - CGD	715,25	715,25
Instituto de Ação Social Forças Armadas	143,05	143,05
Liberty Seguros - Subsistema Saúde	65,48	65,48
Município de Vimioso - Protocolo AAAF e CAF	14.600,00	0,00
IEFP	2.843,48	4.123,34
Total de outros devedores	115.231,08	169.875,98
FEDER (NORTE 2020)	38.438,29	92.793,34
Unidade de Cuidados Paliativos do Planalto Mirandês	0,00	0,00
Adiantamento a utentes	7,00	171,52
Vasilhames	59,90	59,90
Caução - Município de Vimioso	375,00	375,00
Outras Operações com Pessoal - Sindicatos	0,00	7,15
Cartão Saúde Funcionários	27,90	34,10
Total de outras contas a receber	171.702,99	263.316,99

13. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” é constituída conforme se segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
Diferimentos Ativos	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Seguros Pagos	7.516,28	7.317,82
Outros gastos a reconhecer	2.017,81	327,44
Total de diferimentos ativos	9.534,09	7.645,26



14. Fundos patrimoniais

Fundos patrimoniais

O valor do Fundo Social foi apurado aquando da adoção, pela Instituição, do Plano previsto no Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de março, que aprovou o “Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social”. Consequentemente, a situação patrimonial da Instituição (Fundo) foi apurada como resultado da avaliação dos seus ativos e do registo dos seus passivos naquela data.

Excedentes de revalorização

Esta rubrica inclui o reconhecimento dos terrenos que constavam em 2013 no portal das finanças e que foram registados pelo seu valor patrimonial.

Resultados transitados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os movimentos ocorridos na rubrica “Resultados transitados” analisa-se como segue:

Resultados transitados	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
1 de janeiro	849.864,32	1.027.031,58
Aplicação do resultado líquido do período anterior	-78.164,32	-165.820,81
Regularizações por resultados transitados	1,02	-11.346,45
31 de dezembro	771.701,02	849.864,32

Conforme deliberado pela Assembleia Geral, o resultado líquido do período de 2022 foi transferido para a rubrica de “Resultados transitados”.

Outras variações nos fundos patrimoniais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” analisam-se como segue:

	(Montantes expressos em Euros)		
	Subsídios ao investimento	Doações	Total
1 de janeiro de 2022	1.342.657,59	0,00	1.342.657,59
Aumentos	53.645,10	2.460,00	56.105,10
Diminuições	-31.378,32	-102,50	-31.480,82
31 de dezembro de 2022	1.364.924,37	2.357,50	1.367.281,87
Aumentos	0,00	0,00	0,00
Diminuições	-33.679,12	0,00	-33.679,12
31 de dezembro de 2023	1.331.245,25	2.357,50	1.333.602,75

Subsídios ao investimento

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com custos relacionados que se pretende que com eles compensem.

Doações

As doações relacionadas com Propriedades de Investimento são inicialmente reconhecidas nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputadas, numa base sistemática, como rendimentos, à medida que forem contabilizadas as depreciações destes ativos. No exercício de 2021 foi acrescido e diminuído no mesmo período um tablet de marca Samsung doado, para a Unidade de Cuidados Continuados, pela Fundação La Caixa. Em 2022, foram registadas umas grades para camas articuladas, também para a U.C.C., valorizadas em 2.460,00 euros, e registada a respetiva imputação a rendimento neste período no valor de 102,50 euros, doadas pela empresa Paul Hartmann.





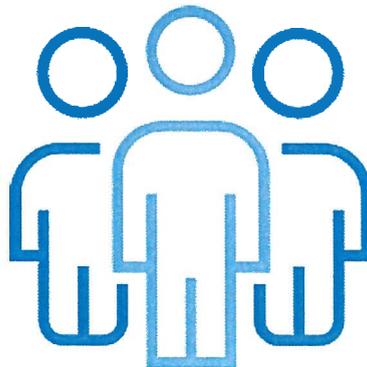
15. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da entidade não auferem qualquer remuneração. No exercício de 2023 o número médio de colaboradores foi de 87.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Remunerações aos órgãos sociais		
Remunerações ao pessoal	1.186.936,54	1.124.603,38
Encargos sobre as remunerações	242.843,80	231.427,55
Seguros de acidente de trabalho	13.246,08	13.526,60
Outros gastos com o pessoal	3.287,39	2.861,87
Total de gastos com o pessoal	1.446.313,81	1.372.419,40

Número médio de colaboradores	(Montantes expressos em Euros)	
	2023	2022
ERPI	40,35	40,85
CATL	4,78	4,78
Serviço de apoio domiciliário	5,27	5,27
Centro de dia	0,67	0,67
Unidade de cuidados continuados	23,19	23,69
Lavandaria	3,00	3,00
Cantina Social	0,46	0,46
Serviços administrativos	3,00	3,00
Creche	6,28	8,28
Total de recursos humanos	87,00	90,00



16. Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos correntes” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores e outras contas a pagar:

PASSIVOS FINANCEIROS	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Não Corrente		
Outras contas a pagar		
Corrente		
Fornecedores, conta corrente	189.509,05	125.109,75
Outros passivos correntes	154.345,39	148.249,00
Total de passivos financeiros	343.854,44	273.358,75

Outros passivos correntes	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Remunerações a pagar ao pessoal		7,15
Outras operações		
Dívidas a pessoal	0,00	7,15
União das Misericórdias Portuguesas	300,00	360,00
Santa Casa Misericórdia Mogadouro (UDCPPM)	0,00	1.944,81
Santa Casa Misericórdia Miranda do Douro (UDCPPM)	0,00	0,00
Cartão Social UMP	0,00	0,00
Total de outros credores	300,00	2.304,81
Depósito / Adiantamento de Utentes	15.317,84	14.070,65
Valores a crédito - Conta Clientes	10.994,97	4.201,34
Fornecedores de Imobilizado	0,00	0,00
Férias, subsídios de férias e outros encargos com pessoal	96.647,34	91.705,35
Seguros a liquidar	0,00	1.176,28
Eletricidade a liquidar	0,00	2.523,77
Comunicações a liquidar	71,50	0,00
Outros acréscimos de gastos	0,00	0,00
Total de acréscimos de gastos	96.718,84	95.405,40
Cauções/ Garantias (OBRAS)	31.013,74	32.259,65
Total de outros passivos correntes	154.345,39	148.249,00


**Financiamentos obtidos:**

(Montantes expressos em Euros)

Financiamentos obtidos	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
Caixa Geral de Depósitos	25.007,07	77.083,34	102.090,41	24.999,96	102.083,41	127.083,37
Locações financeiras						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de financiamentos obtidos	25.007,07	77.083,34	102.090,41	24.999,96	102.083,41	127.083,37

17. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte condição:

(Montantes expressos em Euros)

Estado e Outros Entes Públicos	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenção IRS		5.894,00		4.859,00
Imposto sobre o valor acrescentado	10.534,58	0,00	15.968,03	2.057,75
Contribuições para a Segurança Social		86.259,88		25.136,55
Outras tributações		0,00		399,30
Total de financiamentos obtidos	10.534,58	92.153,88	15.968,03	32.452,60

18. Diferimentos passivos

(Montantes expressos em Euros)

Diferimentos Passivos	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
IEFP	0,00	928,39
Unidade domiciliária paliativos do planalto mirandês	12.058,68	33.326,61
Renda laboratório	0,00	277,72
Adiantamento - Acordos Cooperação	15.353,91	38.945,89
Total de diferimentos passivos	27.412,59	73.478,61

19. Rédito

O Rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela Instituição. O rédito compreende os montantes faturados na prestação de serviços de produtos líquidos de quaisquer impostos, abatimentos e descontos. No caso das prestações de serviços, o rédito associado com a transação foi reconhecido com referência à fase de acabamento até à data e os custos totais estimados.

Por forma a aplicar a correta contabilização das comparticipações financeiras e de acordo com o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a rubrica de Acordos de Cooperação e Protocolo RNCCI, dizem respeito aos serviços prestados ao Instituto de Segurança Social e Administração Regional de Saúde, de acordo com a frequência dos utentes e que em anos anteriores se encontrava classificada na rubrica de Subsídios à Exploração.

O rédito reconhecido pela Instituição nos exercícios de 2023 e de 2022 é detalhado conforme segue:

Rédito	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Venda de bens	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades - Infância	34.717,50	31.570,01
Mensalidades - Terceira idade	522.781,46	482.896,21
Quotas da irmandade	3.632,00	4.194,00
Diárias internamento - UCC (Comparticipação Utente)	168.322,60	160.752,50
ISS, IP - Acordos Cooperação	746.447,66	
ISS, IP - Protocolo RNCCI	188.712,63	
ARS Norte - Protocolo RNCCI	283.162,00	
Outros	23.706,30	23.809,45
	1.971.482,15	703.222,17





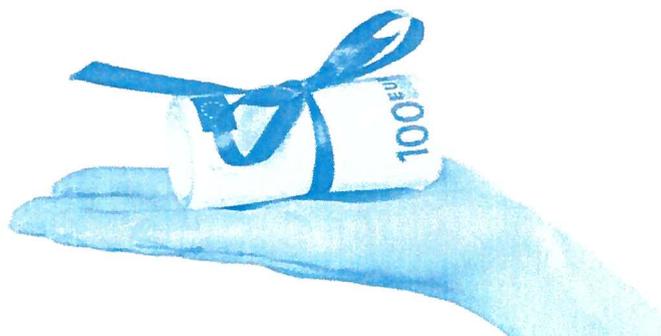
20. Subsídios, doações e legados à exploração

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Instituição beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

Subsídios à Exploração	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Centro Distrital de Segurança Social de Bragança		
Creche	0,00	118.894,29
ERPI - Lar de São José	0,00	415.253,27
Centro de dia	0,00	1.696,00
Serviço de Apoio Domiciliário	0,00	131.521,62
Cantina Social	14.235,00	11.862,50
POAPMC	6.867,31	459,52
Apoio Excepcional TCO - Covid 19		135,81
Outros		
IEFP	928,39	12.063,38
Município de Vimioso	40.150,00	32.600,00
Subsistemas Saúde - UCC	0,00	458.068,41
U.D.C. Paliativos Planalto Mirandês	21.267,93	25.701,73
IAPMEI - Compensação Aumento RMMG	0,00	3.416,00
Doações	5.156,51	4.486,26
	88.605,14	1.216.158,79

As participações do Centro Distrital de Segurança Social de Bragança, no que respeita a Acordos Típicos passaram a estar classificadas como Prestações de Serviços, em conformidade com a Nota 19.

O subsídio registado do Município de Vimioso, respeita ao Acordo de Colaboração para o desenvolvimento das Atividades de Animação a Apoio à Família e Componente de Apoio à Família.





21. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Subcontratos	60.796,66	68.750,52
Trabalhos Especializados	9.167,93	6.670,49
Publicidade e Propaganda	0,00	0,00
Vigilância e segurança	2.800,80	2.358,27
Honorários	56.089,89	60.910,30
Conservação e Reparação	28.148,77	24.119,28
Outros Serviços Especializados	1.072,45	1.184,43
Materiais	7.936,03	8.955,32
Energia e Fluidos	142.129,68	166.414,16
Deslocações, estadas e transportes	1.688,33	223,60
Rendas e alugueres	165,23	521,81
Comunicação	4.600,47	3.645,17
Seguros	6.537,73	6.407,14
Contencioso e notariado	204,90	135,00
Despesas de representação	700,95	0,00
Limpeza, higiene e conforto	3.538,84	4.388,23
Outros Serviços diversos	26.902,42	31.390,00
Total dos fornecimentos e serviços externos	352.481,08	386.073,72

22. Gastos / reversões de depreciação e amortização

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 é conforme segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
GASTOS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	74.837,20	73.220,78
Ativos fixos intangíveis (Nota 7)	0,00	0,00
Total dos gastos de depreciação e amortização	74.837,20	73.220,78




23. Outros rendimentos e ganhos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 é conforme segue:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Rendas e alugueres	3.342,64	3.340,64
Outros Rendimentos Suplementares	1.000,00	1.000,00
Desconto PP obtidos	98,79	46,32
Rendimentos FCT	1.266,10	1,05
Correções períodos anteriores	686,11	1.295,06
Imputação Subsídio investimento	33.064,12	31.378,32
Restituição de IVA	6.461,84	8.687,43
Ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Donativos e outros	8.915,74	17.922,65
Total dos outros rendimentos e ganhos	54.835,34	63.671,47

24. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 é conforme segue:

OUTROS GASTOS E PERDAS	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Impostos indiretos	0,00	31,07
Taxas	600,00	802,80
Gastos e Perdas em Investimentos Financeiros	0,00	745,92
Correções períodos anteriores	3.167,07	4.421,08
Quotizações	600,00	840,00
Outros não especificados	665,91	275,09
Total dos outros gastos e perdas	5.032,98	7.115,96



25. Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme segue:

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Serviços de Lavandaria	17.711,25	16.961,00
Serviços Administrativos	60.796,66	68.750,52
Total dos trabalhos para a própria entidade	78.507,91	85.711,52

26. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme segue:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	(Montantes expressos em Euros)	
	31 DEZ. 2023	31 DEZ. 2022
Juros de financiamentos suportados	6.002,78	1.580,79
Total dos gastos e perdas de financiamento	6.002,78	1.580,79

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 são nulos.



27. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram quaisquer outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Estamos convictos das dificuldades que temos vindo a atravessar, que são o conjunto de conjunturas que se têm desenvolvido nesta última década: a crise financeira, a pandemia e agora as guerras, as quais vão criando, além de uma instabilidade nos mercados, uma crise humanitária onde os mais vulneráveis são os que sofrem as piores consequências, neste sentido o trabalho da Santa Casa da Misericórdia não pode parar e os seus colaboradores estão e estarão sempre disponíveis, para responder, ajudar e acompanhar as solicitações, necessidades e prioridades das Misericórdias.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 27 de março de 2024.

Vimioso, 27 de março de 2024

O Contabilista Certificado



Carlos Manuel Meirinho Martins, 88299

A Mesa Administrativa

